



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ E A COOPERATIVA DE
ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS
MAGISTRADOS, MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORES
PÚBLICOS E SERVIDORES DO PODER
JUDICIÁRIO NO ESTADO DO CEARÁ -
COOPERJURIS, PARA CONCESSÃO DE
EMPRÉSTIMO PESSOAL MEDIANTE
DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

CV N.º 87/2012

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéa em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o número 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA, doravante denominado simplesmente TJCE ou Conveniado, e a **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS MAGISTRADOS, MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DO CEARÁ - COOPERJURIS**, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Rua Des. Floriano Benevides, nº 220, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.041.950/0001-76, por seu Presidente, SR. JOATHAN DE CASTRO MACHADO, ao final assinado, doravante denominada simplesmente **COOPERJURIS**, firmam o presente Convênio, com arrimo nas disposições do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira - Do Objetivo

O presente instrumento tem por objetivo a concessão de crédito consignado, pela COOPERJURIS, a seu exclusivo critério, obedecidas as suas normas de concessão de crédito e financiamentos, aos servidores e magistrados ativos, aposentados e pensionistas de pensão provisória de montepio do Poder Judiciário, doravante denominados simplesmente COOPERADOS.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Único - A contratação do crédito, quando na modalidade Crédito Pessoal, e do financiamento será efetivada diretamente entre a COOPERJURIS e os COOPERADOS por meio de adesão ao CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL MEDIANTE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

Cláusula Segunda – Das Obrigações do TJCE

O TJCE se compromete a efetivar o desconto das prestações do valor dos respectivos vencimentos/proventos/pensões provisórias de montepio dos COOPERADOS, observado o limite da margem consignável. Para tal fim, a COOPERJURIS apresentará ao TJCE a competente autorização assinada pelos COOPERADOS, em caráter irrevogável e irretratável.

Parágrafo Primeiro – O TJCE, uma vez realizados os descontos e na qualidade de fiel depositário, transferirá a respectiva soma para a COOPERJURIS até o dia 10 (dez) de cada mês, mediante crédito na conta corrente nº 1-0, tipo 007-Depósitos de Instituições Financeiras, que a COOPERJURIS mantém junto à Caixa Econômica Federal, agência 4030.

Parágrafo Segundo – Nas situações de exoneração, falecimento, suspensão de vínculo, qualquer outro tipo de afastamento do COOPERADO, ou, ainda, não havendo saldo suficiente na folha de pagamento, situações em que a COOPERJURIS deverá efetuar a cobrança das parcelas restantes, não consignadas diretamente do COOPERADO, por outro meio de pagamento, conforme previsto no CONTRATO firmado entre ela e o COOPERADO.

Parágrafo Terceiro – O TJCE se obriga a comunicar à COOPERJURIS, mensalmente, as situações de afastamento e exclusões de folha de pagamento mencionadas no parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto – Os casos de férias, licenças especiais e/ou férias prêmio não poderão ser alegados pelo TJCE para efeito de não consignação. O TJCE deverá fazer a retenção em folha de pagamento, nos percentuais permitidos pelas leis ou regulamentos aplicáveis, para satisfação dos débitos das prestações dos empréstimos contratados pelos COOPERADOS.

Parágrafo Quinto - O TJCE não será, em quaisquer hipótese, avalista, fiador garantidor ou subscritor de proposta de concessão de empréstimo e financiamento para qualquer COOPERADO.

Parágrafo Sexto – Fica limitado em 60(sessenta) meses o número máximo de parcelas referentes a empréstimos bancários consignados em folha de pagamento.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Sétimo – A COOPERJURIS se obriga a ressarcir ao TJCE toda e qualquer eventual despesa decorrente da execução deste Convênio que não seja atividade de rotina executada no âmbito administrativo dos diversos setores.

Parágrafo Oitavo – As verbas porventura percebidas em decorrência dos eventos/afastamentos citados no **“Parágrafo Quarto”**, não comporão a remuneração para fins de concessão de margem consignável.

Cláusula Terceira – Das Obrigações da COOPERJURIS:

A COOPERJURIS se compromete enviar as propostas até o dia 10 (dez) de cada mês ao TJCE.

Parágrafo Primeiro – Em caso de liquidação de empréstimo, fornecer Certidão de quitação identificada institucionalmente, contendo a devida assinatura do representante/responsável legal.

Parágrafo Segundo – Em caso de margem com liquidação de empréstimo(s) contraído(s) em outra(s) instituição(ões) financeira(s), apresentar a(s) certidão(ões) de liquidação no momento da averbação do novo empréstimo com o TJCE.

Cláusula Quarta – Da Representação

Para comprovação da autenticidade das informações relativas à margem consignável, prestadas pelo TJCE, serão colhidas as assinaturas dos responsáveis pelas averbações, indicados por escrito pelo TJCE à COOPERJURIS, vistos e comunicações, assumindo o TJCE integral responsabilidade, pelas informações prestadas.

Cláusula Quinta – Da Vigência

O prazo de vigência deste Instrumento é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro – Ficam convalidados os atos praticados referentes à concessão de empréstimo, com averbação das prestações decorrentes em folha de pagamento, aos servidores, magistrados ativos ou inativos e pensionistas do CONVENIENTE, praticados desde 02.10.2011.

Parágrafo Segundo – Fica facultado aos partícipes rescindir, a qualquer tempo este Instrumento, mediante notificação escrita à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Terceiro – Fica acordado que, na hipótese de rescisão deste Instrumento, os partícipes se obrigam a cumprir os compromissos e obrigações porventura pendentes, assumidos de conformidade com o ajustado, até a quitação total de todos os débitos existentes, especialmente quanto aos créditos consignados que estiverem em curso.

Cláusula Sexta – Das Alterações

Caso qualquer disposição deste CONVÊNIO venha a ser declarada nula, inválida ou não vinculante, as demais cláusulas ou condições permanecerão em vigor e válidas, comprometendo-se as partes a alterar as cláusulas declaradas nulas, inválidas ou não vinculantes de forma a cumprir com as disposições legais aplicáveis, preservando, porém, os objetivos que motivaram a celebração deste CONVÊNIO, em especial a maior segurança possível no recebimento dos créditos concedidos pela COOPERJURIS aos COOPERADOS.

Cláusula Sétima – Do Foro


Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza, 27 de setembro de 2012.



Des. José Arísio Lopes Da Costa
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



Sr. Joathan de Castro Machado
PRESIDENTE DA COOPERJURIS

TESTEMUNHAS: _____